

Aspectos Contábeis dos Consórcios Públicos

Divinópolis - julho/2016



Marcos Legais

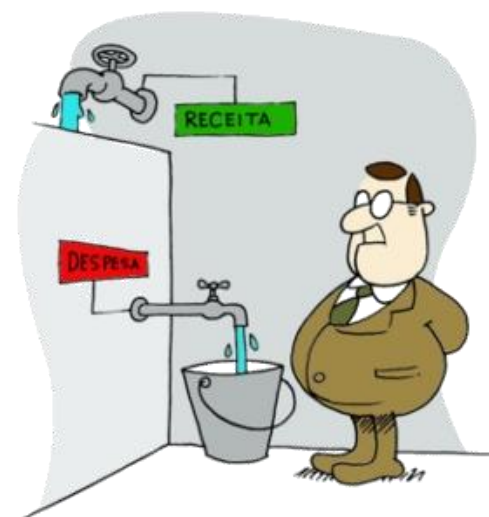
Lei 11.107/2005

Decreto 6.017/2007

Portaria STN 274/2016

Regime Contábil e Financeiro

A execução orçamentária das receitas e despesas do consórcio público deverá obedecer às normas gerais de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas



Recursos dos Consórcios Públicos

- ✓ bens recebidos em doação
- ✓ receita de prestação de serviços (para entes consorciados ou não)
- ✓ contrato de rateio
- ✓ convênios
- ✓ outras receitas
- ✓ auxílios, contribuições e subvenções de entidades ou órgãos que **não compõem o consórcio público**

Contrato de Rateio

- ✓ Contrato por meio do qual os entes consorciados comprometem-se a transferir recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público.
- ✓ Os entes consorciados somente entregarão recursos financeiros ao consórcio público mediante contrato de rateio.
- ✓ Formalizado a cada exercício financeiro.

Contrato de Rateio

- ✓ Prazo de vigência **não superior às dotações** que o suportam (exceto projetos contemplados pelo PPA).
- ✓ Vedada sua aplicação para atendimento de **despesas genéricas**.
- ✓ Poderá ser **excluído** do consórcio o ente que não consignar **créditos orçamentários suficientes** para suportar despesas assumidas por meio do contrato de rateio.

Orçamento do Consórcio

Código	Descrição	R\$	R\$
01	Unidade Orçamentária: Contrato de Rateio		
01.10	Saúde		
01.10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
01.10.302.2.0001	Gestão do Consórcio - Contrato de Rateio		
3.1.	Pessoal e Encargos Pessoais		300.000,00
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	24.900,00	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	200.000,00	
3.1.90.13	Obrigações Patronais	65.100,00	
3.1.90.16	Despesas Variáveis - Pessoal Civil	10.000,00	
3.3.	Outras Despesas Correntes		240.000,00
3.3.90.14	Diárias - Civil	5.000,00	
3.3.90.30	Material de Consumo	57.620,00	
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	3.000,00	
3.3.90.36	Outros Serviços Terceiros - P. Física	10.000,00	
3.3.90.39	Outros Serviços Terceiros - P. Jurídica	164.380,00	
	Total da Unidade Contrato de Rateio		540.000,00

Orçamento do Ente Consorciado

Código	Descrição	R\$	R\$
xx			
xx.10	Saúde		
xx.10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
xx.10.302.2.xxxx	Contrato de Rateio do CIS		
3.1.	Pessoal e Encargos Pessoais		30.000,00
3.1.71.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público	30.000,00	
3.3.	Outras Despesas Correntes		24.000,00
3.3.71.70	Rateio pela Participação em Consórcio Público	24.000,00	
	Total		54.000,00

Orçamento do Ente Consorciado

Os entes consorciados deverão **incluir em suas leis orçamentárias** os recursos a serem transferidos ao Consórcio Público em **programação específica**.

Transferências de recursos financeiros:

71 - Transferências a Consórcios Públicos



Constitui ato de **improbidade administrativa** celebrar contrato de rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária.

Cronograma

Julho/X1

- Orçamento do Consórcio

Agosto a
Dezembro/X1

- LOA's dos Entes Consorciados

Janeiro/X2

- Contrato de Rateio

Execução Orçamentária - Ente

A transferência de recursos financeiros pelo ente consorciado ao consórcio público será **executada como despesa orçamentária**.

31.71.70 – Pessoal e Encargos Sociais – R\$ 2.500,00

33.71.70 – Outras Despesas Correntes – R\$ 2.000,00

Execução Orçamentária - Consórcio

Os recursos transferidos pelo entes consorciados devem ser aplicados de acordo com o objeto de sua vinculação.



Ainda que em exercícios seguintes

Execução Orçamentária - Consórcio

As receitas de transferências recebidas pelos consórcios públicos em virtude do contrato de rateio deverão ser classificadas em códigos de fonte / destinação de recursos, **desenvolvidos pelos consórcios, que reflitam as finalidades da transferência.** (MCASP 6ª edição)

Consolidação das contas

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da LRF, o consórcio público deve fornecer informações para que sejam **consolidadas** nas contas dos entes consorciados.



Consolidação das contas

Os consórcios públicos encaminharão aos Poderes Executivos de cada ente da Federação consorciado as informações necessárias à elaboração dos demonstrativos fiscais até quinze dias após o encerramento do período de referência.

(Art. 12 da Portaria STN nº 274/2016)

Consolidação das contas

Os entes consorciados efetuarão na contabilidade o registro das informações das despesas executadas pelo consórcio público em **contas de controle**.



IPC 10

- ✓ 7.5.0.0.0.00.00 – Consórcios Públicos
- ✓ 8.5.0.0.0.00.00 – Execução dos Consórcios

Públicos

Demonstrativos Fiscais

A consolidação das contas dos entes consorciados incluirá a execução orçamentária e financeira do consórcio **somente para os seguintes relatórios:**

- ✓ Gastos com pessoal (pode ser o valor transferido)
- ✓ Gastos com saúde
- ✓ Gastos com educação

Demonstrativos Fiscais

A fim de eliminar duplicidades na elaboração destes demonstrativos, não deverão ser computadas as despesas executadas pelos entes consorciados na modalidade de aplicação 71 - referente a transferências a consórcios públicos.

Demonstrativos Fiscais

Os demais demonstrativos fiscais serão elaborados com base na execução orçamentária e financeira do ente consorciado, conforme transferência dos recursos financeiros.

Demonstrativos Fiscais

Caso o ente consorciado não receba tempestivamente as informações:

- ✓ deverá considerar na elaboração do RGF como despesa de pessoal **todo o valor transferido**.
- ✓ não deverá considerar para elaboração dos demonstrativos de recursos aplicados na saúde **nenhum valor transferido**.
- ✓ Estes demonstrativos poderão ser **retificados a qualquer tempo**, desde que comprovado junto ao Tribunal de Contas a efetiva aplicação no período de referência.

Demonstrativos Fiscais

Na elaboração do Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa do RGF, a eventual insuficiência de caixa do consórcio público deve ser registrada em rubrica específica, na proporção da sua participação, definida pelo contrato de rateio.

Prestação de Serviços

- ✓ Os consórcios públicos podem ser contratados pela administração direta e indireta dos entes consorciados, **dispensada a licitação**.
- ✓ O contrato, preferencialmente, deverá ser celebrado sempre quando o consórcio fornecer bens ou prestar serviços para um determinado ente consorciado, de forma a **impedir que sejam eles custeados pelos demais**.



Contratação direta

A **contratação direta** de consórcios pelo ente federado será identificada por meio de **modalidade de aplicação específica**.



Aquisição de materiais, bens e serviços :

- ✓ 93 - Aplicação direta decorrente de operação com Consórcio Público do qual o ente participe.
- ✓ 94 - Aplicação direta decorrente de operação com Consórcio Público do qual o ente não participe.

Orçamento do Consórcio


Código	Descrição	R\$	R\$
02	Unidade Orçamentária: Outros Recursos		
02.10	Saúde		
02.10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
02.10.302.2.0002	Procedimentos Médicos		
3.1.	Pessoal e Encargos Pessoais		226.000
3.1.90.04	Contratação por Tempo Determinado	40.000	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	150.000	
3.1.90.13	Obrigações Patronais	33.000	
3.1.90.16	Despesas Variáveis - Pessoal Civil	3.000	
3.3.	Outras Despesas Correntes		900.000
3.3.90.30	Material de Consumo	200.000	
3.3.90.36	Outros Serviços Terceiros - P. Física	50.000	
3.3.90.39	Outros Serviços Terceiros - P. Jurídica	600.000	
4.4.	Investimentos		50.000
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	50.000	
4.4.	Investimentos		20.000
4.4.90.52.02	Equipamentos e Material Permanente	20.000	
	Total		1.176.000

Orçamento do Ente

Código	Descrição	R\$	R\$
xx.10	Saúde		
xx.10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
xx.10.302.2.xxxx	Atendimento de Média e Alta Complexidade		
3.1.	Pessoal e Encargos Pessoais		
3.3.	Outras Despesas Correntes		
3.3.93.39	Outros Serviços Terceiros - P. Jurídica	100.000,00	
3.3.94.39	Outros Serviços Terceiros - P. Jurídica	50.000,00	
4.4.	Investimentos		

Registros Patrimoniais


Na data de elaboração das demonstrações contábeis, os entes consorciados reconhecem no ativo suas parcelas correspondentes ao patrimônio líquido do consórcio, utilizando a apropriação proporcional patrimonial.

A red oval graphic with a slight gradient and shadow, containing white text.

Alteração
IPC 10
MCASP 7ª
edição

Registros Patrimoniais

As participações no consórcio público são registradas por cotas de participação e precificadas por meio da relação entre o patrimônio líquido e o total de cotas.

A red oval graphic with a slight gradient and shadow, containing text.

Alteração
IPC 10
MCASP 7ª
edição

Fiscalização

O consórcio público está sujeito à fiscalização pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio.

Fiscalização

Sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos de rateio.





Consórcio



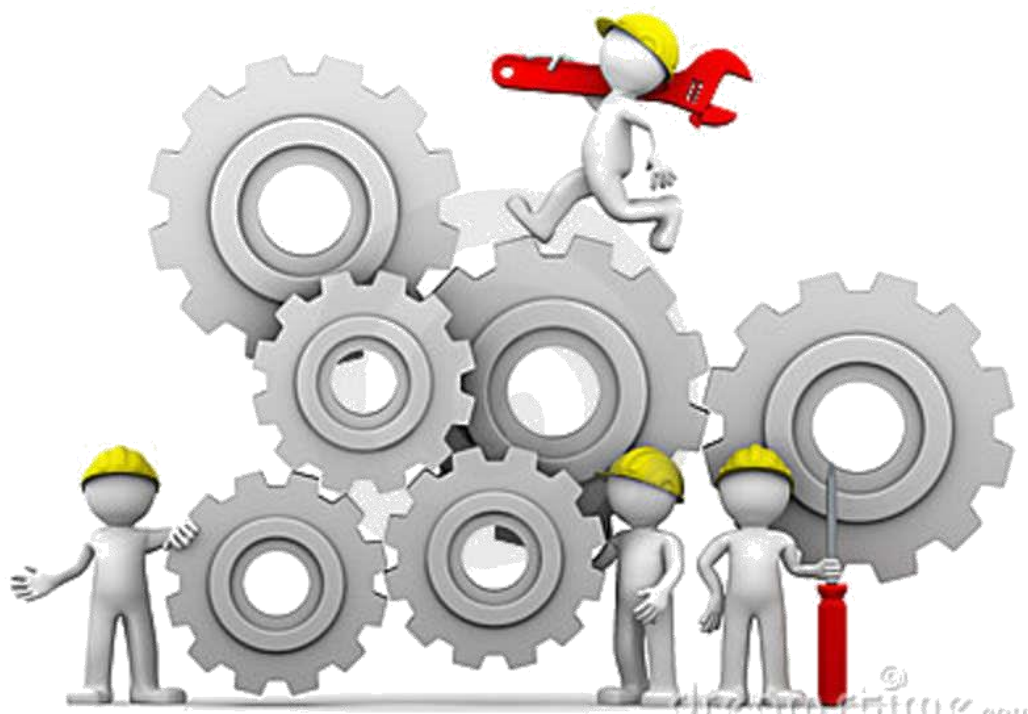
- ✓ Instrução Normativa nº 03/2015
- ✓ Em fase de cadastro no SGI (Sistema de Gestão de Identidade)

Ente Consorciado

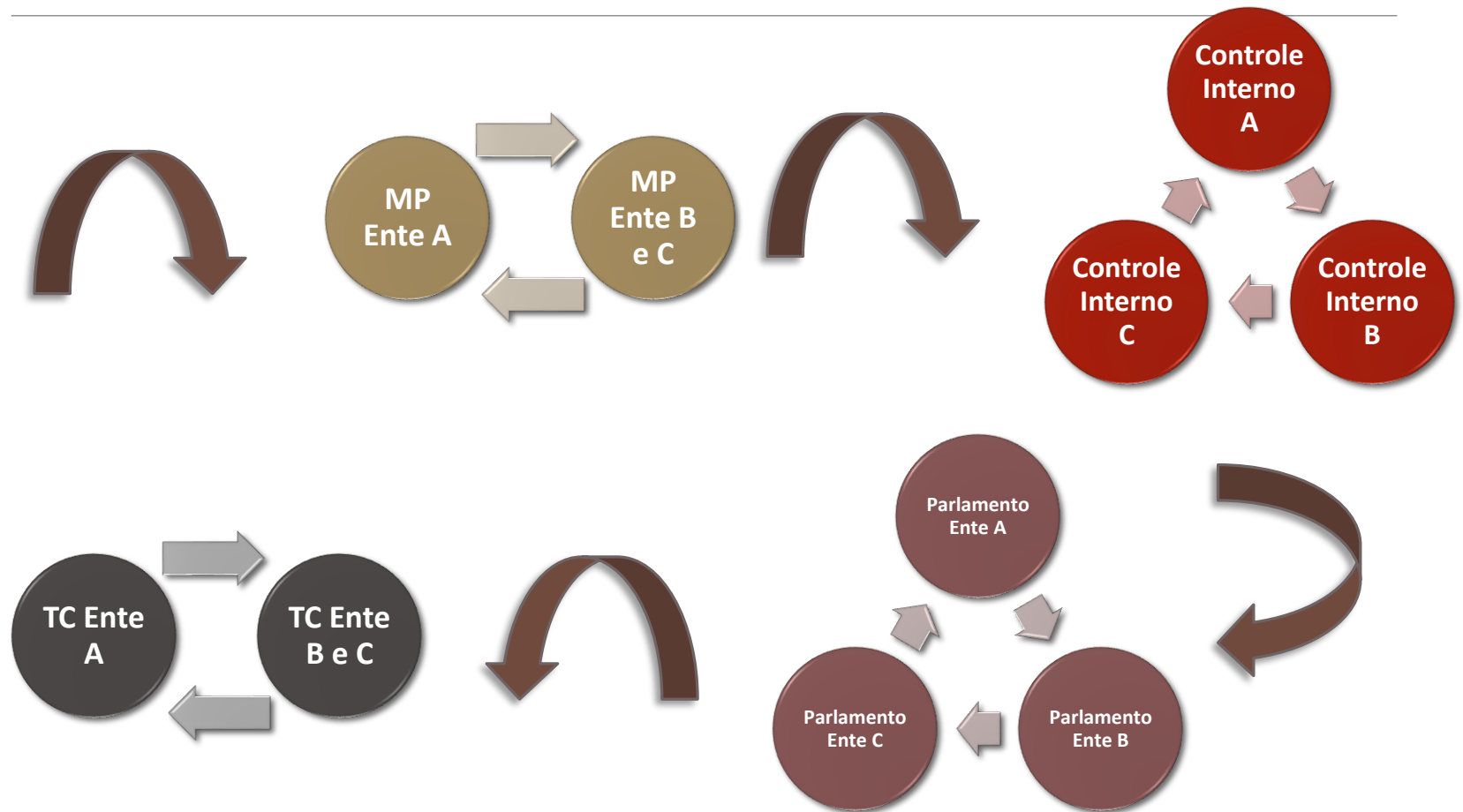


- ✓ Contrato de rateio em PDF
- ✓ Valor mensal transferido ao Consórcio
- ✓ Despesa mensal empenhada, liquidada e paga pelo Consórcio (rateada por função, subfunção e subelemento)
- ✓ Disponibilidade de Caixa em 31/12
- ✓ Arquivo Balancete: lançamentos contábeis da consolidação

Controle Externo dos Consórcios Públicos



Controle Externo dos Consórcios Públicos



Transparência e o Controle Social



Transparência da Gestão Fiscal

O Consórcio Público deverá dar ampla divulgação aos seguintes documentos:

- ✓ Orçamento do Consórcio
- ✓ Contrato de rateio
- ✓ Demonstrações contábeis
- ✓ Demonstrativos fiscais



Transparência da Gestão Fiscal

- ✓ Cada ente consorciado deve **publicar a indicação do local** em que poderão ser obtidos os textos integrais publicados pelo Consórcio Público.
- ✓ O Consórcio Público divulgará as informações pormenorizadas sobre a **execução orçamentária e financeira** por meio de **portal eletrônico** centralizado no âmbito do **ente que o represente**.

IRRF



O produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelos consórcios intermunicipais constituídos sob a forma de associação pública pertence aos municípios, aplicando-se as disposições acerca da repartição de receitas constantes do art. 158, inciso I, da Constituição Federal.

Solução de Consulta nº 112/2010
Publicada no DOU de 28/10/2010



Muito obrigada!

Márcia Maria Pimentel Mendes

marcia@planejarjf.com.br

(32)3215-6796